

Uma contextualização histórica das diferentes perspectivas da Análise do Discurso: configurações teórico-metodológicas pertinentes à Psicologia Social.

A historical contextualization of different perspectives of discourse analysis: theoretical-methodological reconfigurations (ir)relevant to the Social Psychology.

Juliana Perucchi

Resumo:

O presente trabalho é parte de minha tese de doutoramento em Psicologia Social e procura analisar, por meio da contextualização histórica das diferentes perspectivas da Análise do Discurso, as configurações teórico-metodológicas desse procedimento no âmbito da Psicologia Social. Destacando o percurso dos diferentes teóricos e sua trajetória ao longo dos diversos campos de estudo que compõem o vasto universo da análise do discurso, o artigo discute as (im)pertinências da utilização das diferentes modalidades na Psicologia Social. Destaca as peculiaridades que, de modo geral, dizem respeito ao lugar que o sujeito ocupa na ordem dos discursos e ao valor que as noções de ideologia e de poder possuem nas práticas discursivas como os principais elementos de articulação teórica e metodológica a serem atentados pelos pesquisadores em Psicologia Social.

Palavras-chave: Análise do discurso, Psicologia, método.

Abstract:

The present work is part of my PhD thesis in Social Psychology and tries to shed light, by the historical contextualization of different perspectives of the discourse analysis, the theoretical-methodological configurations of procedure in the scope of the Social Psychology. Remarking the trajectory of the different researchers in the many fields of study which perform the vast

universe of discourse analysis, this paper analyzes the (im)pertinence of the use of the different arrangements in the Social Psychology. We remark the peculiarities which, in general, concerns to the place that the subject occupies in the discourse's order as well as to the value that the notion of ideology and power have in the discursive practice, such as the main theoretical and methodological articulation elements to be studied by Social Psychology researchers.

Key-words: discourse analysis, psychology, method.

Introdução

A psicologia brasileira trabalhou ao longo de muito tempo, tradicionalmente, com métodos de investigação que, de modo geral, partiram de um referencial teórico construído por meio de práticas clínicas provenientes de intervenções psicoterapêuticas. Gradativamente, outros referenciais teóricos e metodológicos foram apropriados por pesquisadores/as da Psicologia que encontraram em áreas afins ou mesmo em campos fora dos limites das chamadas humanidades, ferramentas úteis aos propósitos de suas investigações.

O trabalho de contemplar documentos públicos como fonte de informações é desafiador e tem se tornado cada vez mais presente no campo da investigação científica em Psicologia Social. Mas a gradativa incorporação da pesquisa documental e de seus procedimentos teórico-metodológicos não ocorre na Psicologia sem percalços. As dificuldades que nós psicólogos/as temos de nos apropriar de um método que não faz parte de nossa tradição de pesquisa se dêem, talvez, pelos motivos próprios da construção de um modo de fazer Psicologia, já anunciados por Peter Spink (1999). Nas palavras do autor:

A tentação criada pela possibilidade de poder falar, conversar e buscar dados novos, recentes ou originais, que pertencem exclusivamente àquele estudo específico, aliada à valorização da entrevista como parte da identidade dos psicólogos, sem dúvida contribui. As exigências disciplinares, quando não sectárias, de discussão e de opção por determinados métodos e, por que não dizer, a facilidade analítica de reduzir o campo somente aos dados ativos e explicitamente coletados - assim podendo ignorar o aparente caos e falta de conectividade entre os múltiplos elementos presentes - também têm seu papel. O resultado é um processo de "laboratorialização simbólica" que leva os psicólogos sociais a fugir do barulho denso e assincrônico do cotidiano enquanto lugar de estruturação constante. Esquecem que as práticas discursivas, enquanto linguagem em ação, estão presentes de forma ubíqua tanto nas imagens e artefatos quanto nas palavras (SPINK, 1999: 125).

Apesar das dificuldades próprias das amarras epistemológicas da tradição 'psi', é pertinente contextualizar o lugar que os documentos ocupam no âmbito da história das idéias e, conseqüentemente, na esfera das investigações que deles lançam mão como fontes de informações e matéria prima de análise. A pesquisa documental é um método de investigação que consiste na organização e tratamento de dados recolhidos em vários tipos de documentos, fazendo parte deste procedimento metodológico a reconstituição dos contextos social e histórico aos quais tais documentos se referem. Esta reconstituição se dá a partir dos elementos da realidade histórica, cultural, econômica, enfim, do próprio contexto social como um cenário sobre o qual se compõem esses documentos.

(...) é claro que, desde que existe uma disciplina como a história, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamo-lhes não apenas o que eles querem dizer, mas se eles dizem a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. (...) Ora, por uma mutação que

não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalha-lo no interior e elabora-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena, e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. (...) ela [a história] é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanência, quer espontâneas, quer organizadas (FOUCAULT, 2004: 8-9).

É neste âmbito de aplicação dos procedimentos analíticos sobre a multiplicidade de fontes documentais que a Análise do Discurso dispõe de uma possibilidade de trabalho pertinente à Psicologia Social. A partir de uma contextualização histórica das diferentes perspectivas da Análise do Discurso, o presente artigo procurou entender as (re)configurações teórico-metodológicas desse procedimento, avaliando suas limitações e suas possibilidades de aplicação nos estudos da Psicologia Social.

Panorama histórico da Análise do Discurso: especificidades que configuraram seus aspectos teóricos e metodológicos.

A Análise do Discurso, não apenas como ferramenta metodológica, mas, fundamentalmente, como perspectiva de posicionamento diante do trabalho de pesquisa tem interessado muitos/as investigadores/as de diferentes áreas. Essa perspectiva teórico-metodológica e ferramenta de pesquisa tem sua origem vinculada a um movimento sócio-cultural que se desdobrou no âmbito da Filosofia e das Ciências Humanas e Sociais denominado "Giro Lingüístico" ou "Virada Lingüística". Tal movimento caracterizou-se por um movimento de mudanças teóricas e metodológicas ocorridas entre as

décadas de 70 e 80 que promoveram uma maior atenção ao papel da linguagem “tanto nos próprios projetos dessas disciplinas quanto na formação dos fenômenos que elas costumam estudar” (IÑIGUEZ, 2004: 19)

Algum tempo antes, no alvorecer do século XX, acontece com Ferdinand de Saussure (1857-1913) um primeiro fulgor de mudança na perspectiva de estudo da linguagem, que institui o campo da lingüística moderna. Saussure sugere, em sua teoria, uma separação entre língua e fala. Para ele, a língua constituía-se como um sistema de valores que está depositado como arcabouço social na mente de cada falante. Neste sentido, possui homogeneidade e, conseqüentemente, pode ser objeto de estudo da lingüística. Já a fala tratava-se, para Saussure, de um ato individual, suscetível a fatores externos e, portanto, não caberia ao lingüista debruçar-se analiticamente sobre seu estudo. O elemento de ruptura de sua proposição está no fato de que “ao encarar a língua como sistema, Saussure produz um efeito de desconstrução do sujeito psicológico, livre e consciente que reinava na reflexão das ciências humanas nascentes, ao fim do século XIX.” (FERREIRA, 1999:127)

Outra circunstância importante para a instauração de uma nova orientação dos estudos da linguagem se dá com a influência exercida por Gottlob Frege (1849-1925), que, trabalhando na fronteira entre a filosofia e a matemática, empreendeu a tarefa de tentar representar formalmente a estrutura dos enunciados lógicos e suas relações, por meio da decomposição funcional da estrutura interna das frases (que substitui a dicotomia sujeito-predicado pela oposição matemática função-argumento). É inaugurada a partir dele a Filosofia Analítica, cujo surgimento representa uma ruptura com a tradição filosófica moderna e uma importante referência para o que se desdobraria posteriormente no campo dos estudos da linguagem.

Assim como para a tradição clássica a metafísica, em especial a ontologia era considerada como filosofia primeira; sendo o ponto de partida, o centro do sistema filosófico a questão sobre o ser, o real; a filosofia

moderna que se inicia com Descartes, passará a ter como ponto de partida a epistemologia. A questão sobre o conhecimento, sua possibilidade, sua justificação, seu fundamento, precede portanto qualquer outra na constituição do projeto filosófico. Frege, por sua vez, colocará a questão sobre a linguagem, mais especificamente a questão sobre o significado, no centro das preocupações do filósofo. Antes de resolver a questão sobre o ser, o real; é preciso resolver a questão sobre como podemos falar sobre o real, como podemos dizer algo sobre o real que tenha significado, que seja verdadeiro e que possa ser compreendido (MARCONDES, 1986: 75)

Também nesse contexto da Filosofia Analítica, Bertrand Russell (1872-1970) reforça tal deslocamento de olhar, voltado não mais para o "mundo interior e privado das entidades mentais", mas sim para o âmbito das produções discursivas (IÑIGUEZ, 2004: 21). Ao encontro desses pensadores e acompanhando a perspectiva dessa ruptura filosófica, Ludwig Wittgenstein (1889-1951) afirma – na obra emblemática de sua primeira fase filosófica, *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921)¹ – que tudo que pode ser pensado também pode ser dito, inscrevendo os limites da linguagem aos limites do pensamento (SCRUTON, 1982) e concebendo a existência de uma isomorfia estrutural entre a proposição lingüística e o mundo representado. A linguagem e seus limites é o tema principal de seu tratado. Esta questão fundamental – a possibilidade de a linguagem falar sobre a relação entre a linguagem e o mundo e sobre ela própria – marca o chamado primeiro período de Ludwig Wittgenstein e instaura formulações que inspiram fortemente os trabalhos do Círculo de Viena². Com o intuito de superar a metafísica e a filosofia idealista é que, partindo da perspectiva do positivismo lógico, esses filósofos encontram no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein pressupostos importantes e úteis para uma interpretação empírica dos fundamentos do conhecimento e para a descoberta de uma

linguagem “ideal”, válida para todas as ciências e isenta das falácias características da linguagem cotidiana.

Após o estímulo que lhe foi dado por Frege, Russell, Wittgenstein e os neopositivistas, a importância da linguagem não parou de crescer do início do século XX até a véspera da Segunda Guerra Mundial, ocupando o lugar da filosofia neo-hegeliana que dominava a Inglaterra e competindo seriamente com o neokantismo e a fenomenologia enraizados nos países de língua germânica (IÑIGUEZ, 2004: 29-30)

Entretanto, ainda na primeira metade do século XX, as premissas epistemológicas do Círculo de Viena mostraram-se frágeis e incapazes de cumprir a tarefa de superação a que se propunham. Além disso, a instauração da Segunda Guerra Mundial e o avanço do nazismo na Europa fez com que muitos dos seus membros³ migrassem para os Estados Unidos da América, desarticulando o grupo e suas idéias no contexto europeu. Esse deslocamento, por sua vez, fertilizou o solo americano para as idéias neo-positivistas, ampliando e fortalecendo a influência da análise lógico-lingüística entre filósofos e teóricos daquele país. O positivismo lógico influenciou, por exemplo, certos grupos de behavioristas norte-americanos (TOURINHO, 2003). Esta influência dos preceitos do positivismo lógico se fez sentir de modo expressivo no âmbito das chamadas psicologias comportamentais, principalmente aquela que propunha as feições de um projeto de Psicologia como ciência do comportamento⁴.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o giro lingüístico se acentuará ainda mais, diversificando suas expressões, adotando novas modalidades e ampliando sua área de influência até atingir os Estados Unidos, onde viria a alcançar um domínio hegemônico no âmbito filosófico. (IÑIGUEZ, 2004: 29-30)

Na tarefa de destacar a linguagem no campo das produções acadêmicas, em 1921, o antropólogo e lingüista Edward Sapir (1884-1939)⁵ propôs, nos

Estados Unidos da América, sua teoria. Segundo ele, a linguagem influencia a forma como as pessoas pensam, e a percepção que um indivíduo tem sobre o mundo em que está inserido é controlada fundamentalmente pela linguagem que ele usa. Sapir influenciou de modo significativo o estudo da linguagem naquele país, divulgando um importante campo de estudos denominado lingüística estrutural, bastante adotada e desenvolvida durante a década de 1940.

Abro aqui um parêntese imprescindível: não se pode esquecer que, no final da década de 1920, um lingüista russo, Mikhail Bakhtin, já antecipava, a partir de uma orientação marxista, elementos que seriam contemplados posteriormente pela lingüística moderna. Concebeu a linguagem como atividade social e o signo lingüístico como signo social e ideológico, pelo qual, segundo ele, se estabelece a relação entre a consciência individual e a interação social. Devido à configuração histórica, de caráter político e econômico, que se instaurou após a segunda grande guerra, os trabalhos de Bakhtin só puderam ser conhecidos no Ocidente após sua morte, em 1975. A partir da década de 1980 seus estudos foram paulatinamente incorporados aos estudos da linguagem, principalmente ao campo da Psicologia⁶, atingindo alto grau de prestígio teórico dos anos de 1990 até a atualidade.

Em meados dos anos de 1950, expandiu-se pela Inglaterra um segundo ramo da Filosofia Analítica, que por meio do trabalho de filósofos vinculados, principalmente, à Universidade de Oxford, procurava elucidar as características da linguagem em seus usos cotidianos. Aqui irrompe a chamada segunda fase da produção de Wittgenstein, cuja obra emblemática é *Investigações filosóficas* (1952). Enquanto na primeira fase do filósofo a linguagem é entendida como variedade de articulações lógicas possíveis e representações literais do mundo – a partir de uma perspectiva que concebia a existência de uma inexorável relação de simetria entre linguagem, pensamento e mundo –, na segunda fase Wittgenstein contraria sua reflexão original e levanta a possibilidade de não haver correspondência entre aqueles

elementos – concebendo a hipótese de ser a exterioridade um condicionante quanto à determinação do sentido das palavras.

O trabalho da segunda fase de Wittgenstein insere no campo filosófico a noção de “jogos de linguagem”, entendidos como configurações necessárias para que um enunciado seja interpretado do modo como o enunciador pretende que seja. A partir dessa perspectiva filosófica, o sentido de um enunciado passa a ser concebido como estando relacionado ao uso que dele se faz em um determinado contexto, em uma dada situação.

A nova concepção de proposição é bem distinta – ela deixa de ser um modelo exato da realidade para ser uma “hipótese”, isto é, uma forma mais ou menos adequada de representação, que pode ser reformulada constantemente em certos aspectos: o grau de adequação não depende mais de uma isomorfia estrutural entre a proposição e o fato representado, mas sim das circunstâncias em que a proposição é utilizada (MORENO, 2000: 55).

Apoiados neste segundo período da produção de Wittgenstein, os filósofos da chamada Escola de Oxford⁷ acentuaram a perspectiva contrária ao positivismo e ao cientificismo, defendendo que muito mais do que simplesmente representar as coisas e os fatos do mundo, da realidade, a linguagem constrói essa realidade. Ainda no início dos anos de 1950, inserindo-se nessas discussões sobre a linguagem lançadas pelo grupo de Oxford, John Langshaw Austin (1911-1960) viria a defender a idéia de que a linguagem possui propriedades performativas, contemplando a perspectiva pragmática e concebendo a linguagem como uma forma de ação. Para Austin falar é fazer, o que diferencia esses atos de fala de meras descrições (OTTONI, 2002; IÑIGUEZ, 2004). O filósofo inglês inscreve-se no campo da filosofia da linguagem ordinária⁸ e instaura o que ficaria conhecido como Teoria dos Atos de Fala⁹, que seria uma importante oponente às teorias representacionistas da linguagem.

Naquele campo teórico, Austin estabeleceu uma perspectiva bastante original, introduzindo de modo definitivo os conceitos de performativo e de ato de fala, que irão subsidiar, dentre outras, boa parte das atuais teorias no âmbito da produção feminista pós-estruturalista¹⁰. O ato de fala, como ato performativo, é um ato de linguagem que produz o acontecimento ao qual se refere, sendo que não é verdadeiro ou falso, mas sim, bem ou mal sucedido.

A partir dessa perspectiva alicerçada pelos filósofos de Oxford, a crítica à concepção da linguagem como representação se estende para outros contextos, sobretudo no que se refere à questão do conhecimento e aos critérios de verdade que o acompanham.

No panorama norte americano, em 1957, Noam Chomsky (1928-) publica *Syntactic Structures*, obra na qual apresenta sua crítica à perspectiva behaviorista¹¹ que orientava boa parte dos estudos naquele país, e apresenta uma nova orientação aos estudos lingüísticos modernos. Chomsky afirma que a capacidade para produzir e estruturar frases é inata ao ser humano: trata-se de uma capacidade originária de princípios estruturais (gramática universal) dos quais não temos consciência. Sugere que por meio de um número finito de regras se é capaz de gerar as frases de um idioma, do mesmo modo que por meio dessas mesmas regras um falante pode formar um número infinito de frases em sua língua, ainda que nunca as tenha ouvido ou pronunciado. Tais regras podem ser consideradas "princípios universais da linguagem". Às regras gramaticais que permitem gerar orações inteligíveis num idioma, Chomsky denomina gramática gerativa. Introduzindo os conceitos de competência (o conhecimento que o falante possui de sua língua e que lhe permite gerar e compreender mensagens) e de desempenho (o emprego concreto que o falante faz de sua língua), ele constitui uma nova teoria dos fenômenos lingüísticos. Não cabe aqui discorrer sobre a tese da Gramática Universal, segundo a qual seres humanos já nascem com uma capacidade inata para o aprendizado lingüístico; mas sim destacar historicamente os acontecimentos que compuseram há tempos o atual

mosaico da Análise do Discurso, as diferentes perspectivas teóricas ali desenhadas e seus proponentes.

Esses acontecimentos históricos marcaram significativamente o panorama europeu e norte-americano no âmbito dos estudos da linguagem, e tiveram impactos importantes para o campo teórico-metodológico da análise do discurso. Os desdobramentos das críticas pautadas na perspectiva pragmática da linguagem influenciaram, por exemplo, algum tempo mais tarde (já na contemporaneidade), filósofos proeminentes como o norte-americano Richard Rorty (1931-2007).

De certa forma, seria possível dizer que a crítica oxfordiana à concepção "representacionalista" da linguagem se estendeu, através da relação estabelecida entre conhecimento e linguagem, (...) permitindo a revitalização de legado pragmatista e o auge de uma filosofia neopragmatista, estimulada, entre outros, por filósofos da categoria de Richard Rorty (IÑIGUEZ, 2004: 38).

Rorty denominou este movimento, com sua obra emblemática *The Linguistic Turn*, publicada em 1967, na qual compilou um conjunto de ensaios que discutiam a linguagem e a filosofia da linguagem a partir de diferentes perspectivas e múltiplos posicionamentos teóricos (IÑIGUEZ, 2004). Foi também ele quem propôs uma afirmativa comum entre o pragmatismo e a chamada pós-modernidade: a de que a verdade não é a representação da natureza ou do mundo¹². Negando veementemente a idéia de que o conhecimento seria o resultado de representações mentais ou lingüísticas da realidade, Rorty foi uma importante figura no debate sobre o fim do projeto da modernidade e, concomitante, sobre a crise na crença em uma forma característica de se fazer ciência.

É fundamental destacar que Rorty inspirou-se no pragmatismo de John Dewey (1859-1952) e de William James (1842-1910), que marcou e dominou expressivamente o cenário dos estudos da linguagem nos Estados

Unidos durante as primeiras décadas do século XX. Rorty inspirou-se principalmente no pragmatismo de Dewey, cuja abordagem à ciência social “se define precisamente pelo sublinhar da importância das narrativas e dos vocabulários, em detrimento da objetividade das leis e teorias científicas.” (SILVA, 2006). As teses pragmatistas de James reverberaram também entre aqueles apontados anteriormente no campo da psicologia comportamental.

A proximidade entre as interpretações de Skinner e as teses pragmatistas de William James tem sido apontada por vários autores [...]. Também a interpretação analítico-comportamental para a linguagem, que enfatiza as funções do comportamento verbal [...] tem levado a uma identificação com o pensamento do “segundo” Wittgenstein [...]. No plano das proposições filosóficas mais contemporâneas, o behaviorismo radical tem sido interpretado como consistente com o neopragmatismo de Richard Rorty [...]. Parece justificado considerar o pragmatismo de James, o neopragmatismo de Rorty e a análise wittgensteiniana da linguagem como contrapontos importantes de uma tradição representacional em Filosofia (TOURINHO, 2003: 36-37).

Tais teóricos e suas perspectivas entrelaçam-se para além dos limites dos chamados estudos da linguagem, o que pode dar pistas para o entendimento do caráter fundamentalmente interdisciplinar do procedimento metodológico cuja trajetória histórica este texto resgata de modo sucinto e pontual. Também é importante perceber que essa trajetória se estende em diferentes contextos geográficos, entrelaçando diversas perspectivas epistemológicas e percorrendo um período que se estende desde o final do século XIX até a contemporaneidade¹³.

O debate histórico aponta que é apenas na década de 1950 que a Análise do Discurso ganha autonomia como disciplina, e na década de 1960 que desponta efetivamente. Em 1952, Zellig Harris (1909-1992) publica o artigo *Discourse Analysis*¹⁴ que, em uma perspectiva americana, coloca a análise do discurso como uma extensão da lingüística, por meio da qual se

pode transferir e aplicar procedimentos metodológicos da análise de unidades da língua aos enunciados de um discurso. Também nos anos 50, Roman Jakobson (1896-1982) e Emile Benveniste (1902-1976) contribuem de forma decisiva para a legitimação da análise do discurso como disciplina.

Jakobson é uma figura absolutamente central para a lingüística estrutural e, conseqüentemente, para o campo mais geral dos estudos estruturalistas. Ele fez uma importante revisão da teoria saussuriana, mas discordou dela em diferentes pontos¹⁵, dentre eles, quanto à dicotomia língua e fala. Afirmava que entre a língua e a fala existe uma interdependência mútua, e não uma relação dicotômica como defendia Saussure. Jakobson afirmava que a linguagem é redefinida como meio de comunicação interpessoal e intersubjetiva¹⁶.

Usou o termo "estruturalismo" para designar uma abordagem estrutural e funcional de investigação científica, cujo objetivo fundamental era revelar as leis internas de um determinado sistema, no ano de 1929. Suas proposições reverberaram, inclusive, em figuras como Claude Lévi-Strauss (1908-), que encontrou Jakobson no início dos anos 40 na *New School for Social Science Research*, em Nova Iorque¹⁷. Foi por seu intermédio que Lévi-Strauss conheceu a lingüística estrutural. Tal alcance culminou com a publicação, em 1945, de um artigo relacionando a lingüística estrutural à etnologia, artigo esse que mais tarde viria a compor um dos primeiros capítulos de *Anthropologie Structurale*, publicado em 1958 (PETERS, 2000).

Emile Benveniste também influenciou expressivamente os estudiosos daquele contexto com seu estudo da enunciação. Em *Problèmes de linguistique générale* (1958/1966) sugere que a enunciação (ato produtor do enunciado) manifesta a linguagem como um modo de ação. Para ele a enunciação é o lugar de instauração do sujeito. Ele trabalha a perspectiva da subjetividade na linguagem e afirma que

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas

apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas "vazias" das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua "pessoa", definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como eu e a um parceiro como tu. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes (BENVENISTE, 1988: 289).

Percebe-se que a partir das décadas de 1950 e 1960 a preocupação não é apenas o estudo da língua por ela mesma. Ampliam-se e aprofundam-se os estudos sobre o uso da linguagem e sobre suas dimensões subjetivas ou seus desdobramentos no âmbito da constituição do sujeito. Componentes pragmáticos e a dimensão social da linguagem passam a ser contemplados no estudo da língua. Os estudos evidenciam, de modo geral, concordâncias e/ou contrapontos entre três referenciais: da Lingüística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Neste campo multifacetado surgem e se instauram diferentes práticas metodológicas sob a denominação *análise de discurso*.

Nesse panorama surge, ao final dos anos 60, na França, em um período histórico no qual atividades acadêmicas eram diretamente afetadas por questões políticas¹⁸, a chamada escola da Análise do Discurso Francesa (ADF). Sua perspectiva era de estabelecer, dentro de um debate filosófico, as bases materialistas para as práticas da linguagem, tendo a lingüística como campo fundamental de estudos para a compreensão das relações entre a filosofia, a lógica e a linguagem, no âmbito das Ciências Sociais. O lingüista Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux foram referências imprescindíveis nesse contexto.

Nos anos que precederam 1968-70, J. Dubois e M. Pêcheux, independente um do outro, elaboraram o que vai se chamar Análise do Discurso. Ao tomarmos o viés de dupla narração, muito sucinta, é a diferença, antes de tudo que se destaca. Jean Dubois, lingüista é um universitário. Seu trajeto é o de numerosos lingüistas da

época: estudos literários, gramaticais, depois passagem para a lingüística. É já um grande nome da lingüística francesa, um lexicólogo reconhecido. Ele participa de todos os empreendimentos que, na década de 1960, manifestam o espírito de conquista da lingüística: da elaboração de dicionários à criação de revistas (assim é criada *Languages*, em março de 1966). Michel Pêcheux, por sua vez, é filósofo. Desde o meio do decênio ele se encontra envolvido nos debates teóricos que se desenvolvem na rua ULM, em torno do Marxismo, da psicanálise e da epistemologia (MALDIDIER, 1994: 16).

Em 1969, Pêcheux publica sua tese *Analyse Automatique du Discours*, tendo o discurso como objeto de estudo. A noção de sujeição ideológica concebida nos estudos de Pêcheux estabelece questões conceituais importantes para uma ruptura epistemológica que marcou de modo significativo as ciências humanas - fundamentalmente a lingüística no que se refere à questão do sujeito. A Análise do Discurso na proposta de Michel Pêcheux contempla uma ruptura epistemológica com a perspectiva dominante, chamando a atenção para uma articulação existente entre sujeito e ideologia. Vale destacar que Pêcheux, um filósofo cuja trajetória passa pela psicologia social, recebe influências decisivas de Michel Foucault e de Louis Althusser.

Neste mesmo ano, em que Pêcheux vai discutir aspectos da ADF que têm ampla repercussão no campo da História, temos Michel Foucault polemizando o fazer dos analistas do discurso em relação a algumas questões que os ligam a determinadas formas de ver e escrever a história. Foucault sugere que uma das preocupações dos historiadores deveria ser no sentido de se afastar das análises das grandes unidades, descritas como épocas ou séculos para uma compreensão dos fenômenos de rupturas. Para Foucault o importante é ver as incidências das interrupções, devendo o historiador sair dessa metodologia de regressão sem fim em direção aos primeiros precursores, mas identificar um novo tipo de racionalidade e de seus múltiplos efeitos (BRITO SILVA, 2004: 37).

Mais um parêntese necessário: Louis Althusser e Michel Foucault não apenas foram contemporâneos na Escola Normal da Rua d'Ulm, tornaram-se também grandes amigos. É, sobretudo, sob a influência de Althusser que Foucault irá aderir ao Partido Comunista. Neste período, mais precisamente ao longo dos anos de 1947 a 1949, Maurice Merleau-Ponty profere uma série de palestras e conferências na faculdade de Sorbonne e também na Escola Normal.

Foucault não falta a nenhuma das conferências que Maurice Merleau-Ponty profere na Escola Normal ao longo dos anos de 1947-48 e 1948-49. Elas versam sobre *A união da alma e do corpo em Malebranche, Maine de Biran e Bérghson*, mas também sobre a linguagem. Merleau-Ponty é um apaixonado pelos problemas da linguagem e tenta expor aos normalistas os trabalhos de Saussure (ERIBON, 1990: 49).

Entretanto, é apenas vinte anos mais tarde que Foucault – ao apresentar sua trajetória, desde a *Historie de la folie à l'âge classique* (1961) até *L'archéologie du savoir* (1969) – deixa claro o objeto que se desenhou para ele. Do documento escrito por Michel Foucault¹⁹ destaca-se:

Na História da Loucura na Era Clássica, quis determinar o que era possível saber da doença mental numa dada época. [...] era necessário descobrir como eram os loucos reconhecidos, postos de parte, excluídos da sociedade, internados e tratados; que instituições se destinavam a acolhê-los e a confiná-los, e por vezes tratá-los; que instâncias decidiam da sua loucura e segundo que critérios; [...] em suma, em que rede de instituições ou de práticas se achava o louco simultaneamente preso e definido. [...] Um objeto se desenhou então para mim: o saber investido em sistemas complexos de instituições. E um método se impunha: em vez de percorrer, como de boa vontade fazemos, a biblioteca estrita dos livros científicos, havia que visitar um conjunto de arquivos compreendendo decretos, regulamentos, registros de hospitais ou de prisões, actos de jurisprudência. Foi no Arsenal ou nos Arquivos Nacionais que eu empreendi a

análise de um saber cujo coro visível não é o discurso teórico ou científico, nem a literatura, mas uma prática quotidiana e regulamentada (FOUCAULT, *apud* ERIBON, 1990: 239).

Foucault é eleito professor do *Collège de France*, da recém criada cadeira de História dos Sistemas de Pensamento. Ele estava, àquela altura, com quarenta e três anos de idade. Sua aula inaugural em 2 de dezembro de 1970 será posteriormente publicada sob o título de *L'ordre du discours* (1971). "O tema desse discurso é o discurso em si mesmo" (ERIBON, 1990: 244). Mas já em *L'archéologie du savoir* Foucault elucida os princípios fundamentais de seu método: analisar o discurso na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido ou esquecido, em outras palavras, em sua irrupção de acontecimentos e considerá-lo no jogo de suas instâncias.

Ainda no início dos anos 70, Foucault publica um livro sobre um jovem assassino do início do século XIX, julgado e condenado pela morte da mãe, do irmão e da irmã. O jovem chama-se Pierre Rivière. Nesta obra Foucault analisa, por meio de documentos, o conjunto das relações de poder pelas quais os discursos se estabelecem em um nível bastante específico: entre a psiquiatria e a justiça penal.

O critério metodológico e de legitimação de minha escolha em trabalhar com a Análise do Discurso a partir da perspectiva de Michel Foucault fundamenta-se na verificação de que sua análise trabalha a problemática do sujeito fabricado pelo discurso. Seu procedimento elucida as regras que compõem os jogos de poder que se articulam no/pelo discurso e as estratégias pelas quais faz funcionar certa racionalidade.

Documentos como os do caso Rivière devem permitir analisar a formação e o exercício de um saber (como o da medicina, da psiquiatria, da psicopatologia) em suas relações com instituições e os papéis que são aí prescritos (como a instituição judiciária com o perito, o acusado, o louco-criminoso, etc.). Permitem decifrar as relações de poder, de dominação e de luta dentro das quais os

discursos se estabelecem e funcionam; permitem pois uma análise do discurso (e até dos discursos científicos) que seja ao mesmo tempo política e relacionada como acontecimento, logo, estratégica. Pode-se enfim captar aí o poder de perturbação próprio de um discurso como o de Rivière e o conjunto de táticas pelas quais se tenta recobri-lo, inseri-lo e classificá-lo como discurso de um louco ou de um criminoso (FOUCAULT, 2007: XIII).

Esse é um princípio diferencial da análise do discurso trabalhada por Michel Foucault, que aparece em sua aula inaugural no *Collège de France* e também nas obras seguintes: sua preocupação em como o poder se exerce nos e pelos discursos, por meio de uma mecânica que ao mesmo tempo em que controla a produção e restringe a circulação dos discursos, institui as disciplinas que os veiculam.

Ainda na década de 1970, também na Europa, mais especificamente na Inglaterra, um grupo de pesquisadores²⁰ desenvolveu o que se conhece atualmente como Lingüística Crítica, uma abordagem de estudo da linguagem da qual provém um ramo contemporâneo da Análise do Discurso denominada Análise Crítica do Discurso (ACD). As duas obras que marcaram teoricamente a criação desse campo de estudos foram *Language and Control*, e *Language as Ideology*, publicadas em 1979. Foi, inclusive, na primeira que o termo lingüística crítica (*critical linguistics*) foi utilizado pela primeira vez, designando o capítulo final do livro.

Já na década de 1980, outros pesquisadores dedicaram-se ao desenvolvimento da lingüística crítica, dentre eles Norman Fairclough, que usou pela primeira vez a expressão análise crítica do discurso (*Critical Discourse Analysis*) em seu artigo *Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis*, publicado em 1985 no *Journal of Pragmatics*. Este autor concebeu um modelo tridimensional de análise do discurso que consiste em três princípios metodológicos autônomos, porém, complementares: 1) a análise de textos falados e/ou escritos; 2) a análise dos processos de produção,

distribuição e consumo de textos (que ele denomina prática discursiva); e 3) a análise de acontecimentos discursivos como práticas sócio-culturais. Seu método remete a dois teóricos, fundamentalmente: Bakhtin e Gramsci (PEDRO, 1997). Norman Fairclough trabalha com os conceitos de linguagem, mudança social e ideologia, fazendo coro a um importante grupo de lingüistas críticos cujas proposições teóricas contrapõem-se a algumas perspectivas lingüísticas atuais, como as de Chomsky, por exemplo.

Os lingüistas críticos vêem a linguagem de modo diferente daquele que caracteriza a concepção dominante na chamada lingüística autónoma ou do sistema e, também, da que subjaz a muitas das diversas abordagens da análise do discurso. [...] Sugerem, ainda, que a variação em tipos de discurso é inseparável de factores económicos e sociais [...] Trata-se, portanto, de tornar evidente a inserção da linguagem em contextos sociais – entendimento radicalmente diferente daquele que subjaz ao da chamada lingüística autónoma, representada, hoje, em grande medida e em termos explícitos pelas teorias de Chomsky e posteriores evoluções (PEDRO, 1997: 20).

Em 1985 foi publicada uma importante obra de autoria de Teun Van Dijk, o *Handbook of Discourse Analysis*. Um ano antes, este mesmo autor publicara outra obra emblemática para este campo de estudos, *Prejudice in discourse* e, em 1990, lança a revista *Discourse and Society*, um editorial importante para o estabelecimento dessa nova corrente na Lingüística. Teun Van Dijk trabalha com a perspectiva da ACD, contemplando conceitos como semântica do discurso, ideologia, representações sociais e atitudes sociais (DIJK, 1998).

Mi manera de ver el papel del lenguaje en las ciencias sociales está probablemente más cerca de la perspectiva social que de la lingüística en un sentido más tradicional. Me interesan menos, por ejemplo, las lenguas como sistemas o como gramáticas. [...] Me interesa mucho más el uso actual de la lengua por usuarios concretos en situaciones sociales concretas. Y ése es el ámbito — gigantesco — del discurso. Hay por lo menos tres áreas,

cada una enorme, en la relación entre discurso y sociedad. La primera es que, a muchos niveles, las estructuras sociales — desde la interacción cotidiana hasta las estructuras de grupos o de organizaciones — son condiciones para el uso del lenguaje, es decir para la producción, la construcción y la comprensión del discurso. La segunda es que el discurso, de muchas maneras, construye, constituye, cambia, define y contribuye a las estructuras sociales. Y la tercera “interfaz” entre discurso y sociedad uno puede llamarla “representativa” o, si quieres, “indexical”, en el sentido de que las estructuras del discurso hablan sobre, denotan o representan partes de la sociedad (DIJK, 2002: 18).

Também é pertinente destacar, no passado recente dessa abordagem, a publicação dos livros *Language, power and ideology*, de Ruth Wodak, e *Language and power*, de Norman Fairclough, ambos em 1989. Em 1991 realizou-se em Amsterdã um simpósio no qual vários pensadores relacionados à ACD se reuniram. Estavam lá: Teun Van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo Van Leeuwen e Ruth Wodak. Estes teóricos trabalham sob diferentes perspectivas da Análise Crítica do Discurso, mas, de modo geral, estabelecem um amplo e fértil debate que aproxima bastante essas perspectivas variadas. Pode-se afirmar que há, de fato, elementos bastante comuns que atravessam essas múltiplas abordagens da ACD, mas talvez a mais evidente de todas seja a atenção dada à correlação entre a linguagem e os contextos sociais, ou, dito de outro modo, aos contextos sociais do uso lingüístico e ao uso da linguagem no contexto das estruturas sociais e ideológicas, sendo este um dos pontos de afastamento dos chamados analistas críticos do discurso ou os lingüistas críticos do trabalho realizado, por exemplo, em sociolingüística ou em pragmática (PEDRO, 1997).

A Análise Crítica do Discurso opera, necessariamente, com uma abordagem de discurso em que contexto é uma dimensão fundamental. Mas, ao contrário de outras abordagens, conceptualiza o sujeito não como um agente

processual com graus relativos de autonomia, mas como sujeito construído por e construindo os processos discursivos a partir da sua natureza de actor ideológico. [...] É, de alguma maneira, essa dimensão ideológica na construção do sujeito e, por conseqüência, na constituição do discurso que fundamentam as diferenças da Análise Crítica do Discurso relativamente a outras abordagens (PEDRO, 1997: 20).

A Análise Crítica do Discurso, com sua atenção atribuída à linguagem no contexto das estruturas sociais e ideológicas, distancia-se conceitual e metodologicamente da perspectiva foucaultiana de análise do discurso. Na primeira, a constituição (ideológica) do discurso é entendida como conseqüência da dimensão ideológica da construção do sujeito. Em outras palavras, diferentemente do que Michel Foucault propõe, a ACD defende que o sujeito é o *a priori* do discurso e o contexto social no qual está inserido condiciona ideologicamente o surgimento do discurso.

A linguagem ocupa um lugar diferenciado na perspectiva da análise do discurso foucaultiana. Como afirma Gilles Deleuze (1998: 87), "a linguagem 'contém' as palavras, as frases e as proposições, mas não contém os enunciados que se disseminam segundo distâncias irreduzíveis". Considerando que "o nível enunciativo está no limite da linguagem" (FOUCAULT, 2004: 127), seu método descreve esse nível enunciativo, o que consiste em "interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz" (FOUCAULT, 2004: 126), atendo-se às condições de sua existência singular e limitada. Nesse sentido, "a linguagem, na instância de seu aparecimento e de seu modo de ser, é o enunciado" (FOUCAULT, 2004: 128).

Foucault opõe-se a três maneiras de fazer começar a linguagem: seja a partir de pessoas, mesmo que se trate de pessoas lingüísticas ou embraiadores (a personologia lingüística, o 'eu falo' a que Foucault opõe incessantemente a preexistência da terceira pessoa enquanto que não-pessoa); seja a partir do significante

como organização interna ou direcção primeira para a qual a linguagem remete (o estruturalismo linguístico, o 'isso fala' a que Foucault opõe a preexistência de um corpus ou de um conjunto dado de enunciados determinados); seja a partir de uma experiência originária, cumplicidade primeira com o mundo que fundaria para nós a possibilidade de falar dele, e faria do visível a base do enunciável (a fenomenologia, o 'Mundo fala', como se as coisas visíveis murmurassem já um sentido que a nossa linguagem não teria mais do que fazem emergir, ou como se a linguagem se apoiasse num silêncio expressivo, ao qual Foucault opõe uma diferença de natureza entre ver e falar). (DELEUZE, 1998: 82).

Por fim, são também significativas as diferenças da ACD em relação à Análise do Discurso Francesa, que, como afirma Francine Mazière (2007), leva em consideração a língua como objeto de estudo do lingüista e as línguas particulares situadas em um espaço-tempo; contempla a gramática, as sintaxes (construções gramaticais) e os vocabulários de línguas particulares em relação às construções gramaticais universais da linguagem; e considera as capacidades lingüísticas reflexivas dos sujeitos falantes. Suspeito que, talvez, uma aproximação entre a ACD e a Análise do Discurso Francesa seja precisamente as circunstâncias de estudo nas quais Norman Fairclough incorpora a lingüística crítica para reler Althusser, Pêcheux e Foucault. Entretanto, tal aproximação é bastante modesta, uma vez que dois pontos de discussão continuam sendo focos de refração das diferentes abordagens. Um é a posição do sujeito no discurso, como efeito ou como agente; outro é a sobreposição da noção de poder à de ideologia, ou vice-versa. Esses dois pontos formam, a meu ver, a pedra angular do que avalio ser um importante e fértil espaço de aplicação da Análise do Discurso pertinente à psicologia.

As (im)pertinências da utilização da(s) análise(s) do discurso na Psicologia Social.

Avaliar os desdobramentos desse amplo leque de procedimentos metodológicos que convencionamos chamar de Análise do Discurso exige-nos o entendimento dos pontos que convergem para as tensões propositivas que interessam à Psicologia. Uma delas diz respeito à própria noção de discurso.

Existem peculiaridades acerca do que é um discurso que se apresentam como imperativas ao pesquisador que decide lançar mão de uma estratégia metodológica de análise do discurso a partir de Michel Foucault, por exemplo. Ao desenvolver a noção de "formação discursiva"²¹ em sua *Arqueologia do Saber*, Foucault irrompe uma proposição bastante cara e significativa para o campo da análise do discurso: contemplar o acolhimento de cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento.

E eu mesmo, de minha parte, nada farei senão isso: certamente tomarei por marco inicial unidades inteiramente formadas (como a psicopatologia, ou a medicina, ou a economia política); mas não me colocarei no interior dessas unidades duvidosas para estudar-lhes a configuração interna ou as secretas contradições. Não me apoiarei nelas senão o tempo necessário para me perguntar que unidades formam; com que direito podem reivindicar um domínio que as especifique no espaço e uma continuidade que as individualize no tempo; segundo que leis elas se formam; sobre o pano de fundo de que acontecimentos discursivos elas se recortam; e se, finalmente, não são, em sua individualidade aceita e quase institucional, o efeito de superfície de unidades mais consistentes (FOUCAULT, 2004: 29).

Considerando que o método de análise do discurso executado por Foucault coloca ao discurso a questão do poder – e este é um diferencial imprescindível –, seu procedimento implica analisar as formas como o poder se exerce concreta e detalhadamente, com suas características específicas, suas técnicas, suas estratégias; e não em uma análise do discurso que remeta a um sujeito constituinte, ou a vetores econômicos, ou ainda à ideologia.

Nessa perspectiva, a lógica tradicional que acompanha e orienta desde muito tempo as pesquisas em Psicologia – de buscar a verdade junto aos sujeitos, ou de trazer o sujeito, sua fala, suas experiências à luz da reflexão teórica e conceitual – deixa de ser uma estratégia metodológica para tornar-se uma armadilha, uma vez que o próprio sujeito é um efeito dessas “unidades duvidosas”. A postura filosófica de Foucault aponta esse procedimento imperativo de seu método: “é preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica.” (FOUCAULT, 1992: 7). Tampouco se trata de proceder de modo a debruçar reflexivamente sobre “objetos universais”, uma vez que não há um fenômeno em si. Não se busca, portanto, definir as condições ou as características de um fenômeno como objeto, mas sim analisar como se tornou objeto, historicamente visível e enunciável – o que consiste, concomitantemente, em propor desconsiderar sujeito e objeto como unidades universais e necessárias. Ambos assim se tornam sujeito e objeto mediante práticas históricas específicas e complexas, mediante certas condições – vetores de força, instâncias de saber – que permitem reconhecer um sujeito como tal e um fenômeno qualquer como objeto passível de definição e de exemplificação, comparado e valorizado. Trata-se efetivamente de elucidar os jogos que fazem nascer nessa sociedade determinadas formas de subjetividade, determinados objetos e certos tipos de saberes.

Estabelecendo um parâmetro de avaliação dos aspectos teóricos e metodológicos entre a perspectiva foucauldiana de análise do discurso e as proposições e os procedimentos da Análise Crítica do Discurso, percebe-se que esta última enfatiza as estruturas sociais e ideológicas da linguagem, diferenciando-se significativamente da primeira. Pois defende que o sujeito é o *a priori* do discurso e que o contexto social no qual está inserido condiciona

ideologicamente o surgimento do discurso, enquanto que para Foucault o sujeito é um efeito do discurso.

Aqui se apresenta um dos dois pontos que são, no meu entendimento, a pedra angular da discussão sobre o importante e fértil espaço de aplicação da Análise do Discurso pertinente à Psicologia: a noção de sujeito e os diferentes lugares que ele ocupa nas diferentes abordagens de Análise do Discurso - sujeito como efeito ou como agente. O outro ponto diz respeito à sobreposição da noção de poder à de ideologia, ou vice-versa. Esses dois pontos formam, a meu ver, dois dos principais focos de interesse para a Psicologia Social.

Portanto, quanto à aplicação das diferentes estratégias de Análise do Discurso, existem peculiaridades que, de modo geral, dizem respeito ao lugar que o sujeito ocupa na ordem dos discursos e ao valor que as noções de ideologia e de poder possuem nas práticas discursivas. Independentemente da abordagem de que se lança mão no âmbito das investigações em Psicologia Social, é importante compreender que o alcance dessa metodologia encontra, nos aparatos teóricos construídos ao longo de sua história, os alicerces de sua efetiva incorporação por parte de psicólogos/as e pesquisadores/as em Psicologia social que tenham no rigor e na capacidade crítica seus baluartes.

Não se trata efetivamente de uma tarefa fácil incorporar procedimentos metodológicos que transpassam diferentes campos de saber e variados aparatos teórico-conceituais. Entretanto, eis, nessa suposta dificuldade, o caráter (im)pertinente da análise do discurso para o campo da Psicologia. Trabalhar com as tensões conceituais da multiplicidade dos sujeitos, das hierarquias entre ideologia e poder, das armadilhas dos discursos é ainda, sem dúvida, uma arena bastante desconhecida para aqueles que um dia foram reconhecidos como "cientistas do comportamento" e, talvez, inóspita para os que ainda assim se reconhecem.

Juliana Perucchi

**Professora PRODOC/CAPES do Departamento de Psicologia da
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
jperucchi@ufmg.br**

Referências Bibliográficas:

- ALTMAN, Cristina. A conexão americana: Mattoso Câmara e o círculo lingüístico de Nova Iorque. DELTA, São Paulo, v. 20, 2004, p. 129-158.
- BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org). Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p.45-62.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: Problemas de lingüística geral I.2 ed. Campinas: Editora da Unicamp; Pontes, 1988, p. 284-293.
- BRITO SILVA, Giselda. História e lingüística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a história da análise do discurso. Sæculum - Revista de História, v.11, 2004. p. 28-41.
- DELEUZE, Gilles. Foucault. Lisboa: Vega, 1998.
- DIJK, Teun Van. El análisis crítico del discurso y el pensamiento social. Athenea Digital, n. 1, 2002, p.18-24.
- _____. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emília R. (org.). Análise crítica do discurso. Lisboa: Caminho, 1998, p. 105-168.
- ERIBON, Didier. Michel Foucault. Lisboa: Livros do Brasil, 1990.
- FARACO, Carlos Alberto. Zellig Harris: 50 Anos Depois. Revista Letras, n. 61, especial, 2003, p.247-252.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Saussure, Chomsky, Pecheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua. Linguagem e Ensino, v. 2, n. 1. 1999. p. 123-137.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

IÑIGUEZ, Lupicínio. (Org.) Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais. Petrópolis: Vozes, 2004.

JUSTI, Francis Ricardo dos Reis; ARAUJO, Saulo de Freitas. Uma avaliação das críticas de Chomsky ao Verbal Behavior à luz das réplicas behavioristas. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, vol. 20, no. 3, 2004, p.267-274.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas: Unicamp, 1994. p. 15-28.

MARCONDES, Danilo. Filosofia da linguagem: Da teoria do significado à teoria da ação. In: ALMEIDA, Gladis M.B. (Org.), Significado, verdade e ação. Niterói: EDUFF, 1986, p. 73-86.

MAZIÈRE, Francine. A análise do discurso: histórias e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MORENO, A. R. Wittgenstein: os labirintos da linguagem. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

OTTONI, P. John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem. *Revista Documentos em Lingüística Teórica e Aplicada*. n.18, 2002, p.117-143.

PEDRO, Emilia Ribeiro (Org.). Análise Crítica do Discurso. Lisboa: Caminho. 1997.

PETERS, Michael. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCRUTON, Roger. A Obra Filosófica de Wittgenstein. In: Introdução à Filosofia Moderna, Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 268-281.

SILVA, Gustavo Adolfo Pinheiro da. Teoria dos Atos de Fala. In: VIII Fórum de Estudos Lingüísticos - Língua Portuguesa e Identidade: Marcas Culturais.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Livro de Resumos das sessões de comunicação, 2005.

SILVA, Filipe Carreira da. Habermas, Rorty, and American pragmatism. *Dados*, v. 49, n. 1, 2006. p. 99-117.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In. SPINK, Mary Jane. (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Editora Cortez, 1999. p. 123-152.

TOURINHO, Emmanuel Zagury. A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. *Psicologia ciência e profissão*, v.23, n.2, 2003, p. 30-41.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

_____. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

¹ WITTGENSTEIN, 1987.

² Nas primeiras duas décadas do século XX, Moritz Schlick (1882-1936) e um grupo de filósofos austríacos reuniram-se a fim de encontrar uma base de fundamentação dos "conhecimentos verdadeiros", partindo do empirismo lógico e contrapondo-se à filosofia idealista, característica do contexto universitário europeu daquele período, e à metafísica. Na Europa, a diluição desse grupo e de suas idéias encontrou um foco de resistência com Bertrand Russell que, na Inglaterra, mais especificamente na Universidade de Cambridge, continuou a trabalhar com a filosofia analítica. "Finalmente, as premissas epistemológicas do empirismo lógico desmoronam e a única coisa que ficou (...) foi o estímulo dado à ênfase sobre a importância da linguagem." (IÑIGUEZ, 2004: 31).

³ Dentre os quais Hans Reichenbach (1891-1953), Rudolf Carnap (1891-1970) e Carl Gustav Hempel (1905-1997).

⁴ Denominada psicologia behaviorista ou behaviorismo e que encontra em Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) seu representante mais conhecido.

⁵ Nasceu na Alemanha, mas mudou-se para os Estados Unidos da América em 1889.

⁶ Na primeira parte do capítulo 3 de sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929), ele afirma: "Uma das tarefas mais essenciais e urgentes do marxismo é constituir uma psicologia verdadeiramente objetiva. No entanto, seus fundamentos não devem ser nem fisiológicos nem biológicos, mas sociológicos."

⁷ Cabe lembrar que a filosofia analítica de Oxford era bastante diferente da proposta em Cambridge. Apesar de os filósofos de ambas as escolas, de modo geral, concordarem com a necessidade de passar de uma "filosofia da consciência" para uma "filosofia da linguagem", os filósofos de Oxford e os de Cambridge discordavam em muitos e diferentes pontos. Também é pertinente destacar que enquanto os primeiros partiram de um profundo estudo das humanidades clássicas, os últimos construíram seu trajeto por meio do estudo das ciências e da matemática (OTTONI, 2002; IÑIGUEZ, 2004)

⁸ Austin não era o único filósofo da escola analítica de Oxford que buscava resolver questões filosóficas por meio do estudo da linguagem ordinária. Com ele estavam Peter Strawson (1919-2006), Gilbert Ryle (1900-1976), Paul Grice (1913-1988), Richard Hare (-2002), entre outros (OTTONI, 2002).

⁹ "A Teoria dos Atos de Fala tem por base doze conferências proferidas por Austin na Universidade de Harvard, EUA, em 1955, e publicadas postumamente, em 1962, no livro *How to do things with words*. O título da obra resume claramente a idéia principal defendida por Austin: dizer é transmitir informações, mas é também (e sobretudo) uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante" (SILVA, 2005, p.45).

¹⁰ Na qual cito as produções de Judith Butler, dentre elas *Gender Trouble* (1990), principalmente a partir da leitura que fez de Foucault e de Derrida, e as produções da chamada *Queer Teory*. Neste sentido, a noção de performatividade do gênero e do sujeito, de Butler (devidamente apropriadas pela teoria queer) remete, na perspectiva da contextualização histórico-conceitual aqui exposta, aos conceitos cunhados por Austin.

¹¹ Principalmente ao Behaviorismo Radical, considerando a poderosa crítica que Chomsky iria publicar dois anos mais tarde em sua resenha *A review of B. F. Skinner's Verbal Behavior* (1959) sobre a obra de Skinner *Verbal behavior* (1957) (JUSTI e ARAUJO, 2004).

¹² RORTY, R. *Truth, Politics and 'Post-Modernism.'* *Spinoza Lectures* (1997). (Apud. LOBO, Luiza. *Richard Rorty e a importância do pós-moderno no contexto cultural brasileiro*. www.Brazil.Ox.Ac.Uk.Workpap.html, Internet, v. 1, p. 25-50, 2001).

¹³ A complexidade desses entrelaçamentos não poderá ser aqui devidamente aprofundada, restando-me modestamente oferecer ao/a leitor/a o mapa histórico que eu mesma tracei para compreender as articulações teóricas e metodológicas da AD que podem servir às pesquisas em Psicologia Social.

¹⁴ "Esse artigo foi publicado no número 28 da revista *Language*, em 1952. Foi reimpresso no livro editado por Fodor e Katz - *The structure of language* - em 1964 e teve uma tradução francesa publicada na revista *Langage* número 13, em 1969. Essa tradução francesa decorre do interesse de M. Pêcheux pela proposta de Harris, ao tempo em que lançava seu projeto de um tratamento automático da superfície textual (FARACO, 2003: 247).

¹⁵ Em uma entrevista a Rastros - Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação (Ano VII - Nº 7 - Outubro 2006), Irene Machado, professora assistente doutora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, elenca objetivamente alguns dos pontos de discordância.

Disponível em:

<<http://redebonda.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/rastros07/rastros0707.pdf>>

¹⁶ O alcance da lingüística geral de Jakobson fez-se sentir também no Brasil. Joaquim Mattoso Câmara (1904-1980), considerado o principal proponente da lingüística moderna no Brasil, assistiu às conferências de Jakobson tanto na Universidade de Colúmbia quanto na École Libre, durante sua estada nos Estados Unidos em 1943-1944. (ALTMAN, 2004)

¹⁷ "Lévi-Strauss havia estado em vários lugares do Brasil entre 1935 e 1939 fazendo pesquisas etnológicas, inclusive em São Paulo, onde participou da fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, em 1934. De volta à França no momento em que eclodiu a II Guerra Mundial, foi convidado a trabalhar na *New School for Social Research* na cidade de Nova Iorque, como parte do projeto de resgate da Fundação Rockefeller dos pesquisadores ameaçados pela ocupação alemã." (ALTMAN, 2004: 130-131)

¹⁸ Em maio de 1968 aconteceu na França uma greve geral que havia se iniciado com uma série de greves estudantis que irromperam em algumas universidades e escolas de ensino secundário em Paris, após sucessivos confrontos com a administração do Governo do então presidente De Gaulle e com a polícia. Os protestos chegaram ao ponto de levar De Gaulle a criar um quartel general de operações militares para lidar com a insurreição, dissolver a Assembléia Nacional e marcar eleições parlamentares para 23 de Junho de 1968. Essa

rebelião, que ficou conhecida como Maio de 68, foi um dos acontecimentos mais importante do século XX.

¹⁹ Este documento é a brochura que Foucault redigiu, como era exigido, para a condução de sua campanha para a sua eleição no Collège de France em 30 de novembro de 1969 (ERIBON, 1998: 233 e 243) – com o objetivo de “expor os seus títulos e trabalhos, para esboçar as linhas mestras do seu programa de ensino e justificar a designação que escolheu para a cadeira que pretende ocupar: “História dos Sistemas de Pensamento”. [...] Foucault nela começa por enumerar a sua identidade universitária: os seus estudos, os seus diplomas, os cargos ocupados... Em seguida apresenta a lista das publicações: livros, artigos, prefácios, traduções... Resume seguidamente as investigações anteriores [...] e apresenta a lógica da sua investigação desde a História da Loucura até à Arqueologia do Saber.”(Idem: 238-239)

²⁰ Dentre os quais estavam Roger Fowler, Gunther Kress, Robert Hodge e Tony Trew, autores de *Language and Control* que, na época, trabalhavam na Universidade de East Anglia.

²¹ Acerca do debate sobre a “paternidade” da noção de Formação Discursiva indico a leitura do texto de Roberto Leiser Baronas (2004) que apresenta uma discussão esclarecedora sobre o conceito, analisando os contextos nos quais surge e sofre modificações.